

31/12/2018.

Leis Penais Especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099- aplicação do JECRIM aos crimes militares e crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher- parte 1.

Resumo.

Artigo 90-A, da Lei 9.099/95.

- . **Crime militar** não tem, por Juízo competente, o JECRIM.
- . A lesão corporal, do artigo 129, do CP(pena de 3 meses a 1 ano) é cabível no JECRIM *versus* lesão corporal, do artigo 403, do CPM(pena de 6 meses a 2 anos) não se encaixa no JECRIM.
- . Crimes Cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher(Lei 11.340/2006).



Fonte: <http://violencianoesporte.blogspot.com>

Artigo 22, 23 e 24, da Lei 11.340/2006.

Medidas protetivas de urgência.

- . Neste artigo 22, há medidas contra o agressor.
- . Nos artigos 23 e 24, há medidas voltadas para o ofendido.
- . Se o agressor descumprir uma das medidas protetivas(artigo 330 ou artigo 359, do CP) incidirá nos crimes de desobediência; de qualquer forma, isso somente ocorrerá, se a lei não prever uma sanção para o fato, segundo o STJ.
- . E artigo 359, do CP aborda o crime de desobediência à decisão judicial.

1.

(FGV- Polícia Civil do MA- 2012) Criada com o objetivo de coibir de forma mais rigorosa a violência cometida contra a mulher em seu ambiente doméstico, familiar e afetivo, a Lei Maria da Penha foi amplamente aceita pela sociedade, tendo o Supremo Tribunal Federal reconhecido a sua constitucionalidade. Com relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) a violência física e o comportamento violento do agente que cause dano emocional e diminuição da autoestima da vítima são formas de violência doméstica e familiar.
- (B) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.
- (C) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá determinar que o agressor seja afastado do lar, bem como fixar alimentos provisionais ou provisórios.
- (D) Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, tratando-se de agressão entre cunhadas que residem na mesma casa, a competência para o julgamento respectivo é da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.
- (E) Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, não é cabível a suspensão do processo quando incidente a Lei n. 11.340/2006.

2.

(CESPE- Polícia Civil do MA- 2018) A respeito da Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- A) Nos crimes de ameaça que caracterizam violência doméstica contra a mulher, será admissível a renúncia à representação, desde que esta anteceda o oferecimento da denúncia.
- B) Os institutos despenalizadores previstos na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais não se aplicam aos dispositivos da Lei Maria da Penha, com exceção das contravenções penais.
- C) Por força do princípio da imparcialidade, as medidas protetivas de urgência não poderão ser concedidas de ofício pelo juiz.
- D) A competência das demandas cíveis relacionadas à Lei Maria da Penha pode ser escolhida pela ofendida, que, entretanto, não pode optar pelo domicílio do agressor.
- E) Em caso de registro de ocorrência policial em razão de violência doméstica contra a mulher, a autoridade policial deverá, em vinte e quatro horas, encaminhar ao juiz, em apartado, o pedido de eventuais medidas protetivas.

3.

(CESPE- Ministério Público de RR- 2017) À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos processos em espécie.

- A) A ameaça sofrida pela mulher no contexto doméstico é crime de natureza pública incondicionada.
- B) Caberá transação penal de contravenção penal praticada contra a mulher no contexto doméstico.
- C) O descumprimento de medida protetiva de urgência não configura o crime de desobediência.
- D) Caberá suspensão condicional do processo em denúncia oferecida contra o marido que, no ambiente doméstico, causar lesões corporais à esposa.

1. Letra D.

Artigo 7º, I e II, artigo 19, caput, artigo 22, II e V; da Lei 11.340/2006.

ADC 19-3, julgado pelo STF, em 2007, ADI 4.424, julgado pelo STF, em 2012, HC 172.634, julgado pelo STJ, em 2012.

A jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores é a favor de não aplicar a Lei 9.099(incluindo seu artigo 89, *sursis* processual) à Lei 11.340/2006.

Acrescentando, a competência da Lei 11.340/2006 é da Varas Criminais, enquanto não existir o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; artigo 15 e 33, da Lei 11.340/2006.

2. Letras B e C estão corretas(a questão foi anulada).

Artigo 19, artigo 16, artigo 15, III, artigo 12, III(48 horas); da Lei 11.340/2006.

ADC 19-3, julgado pelo STF, em 2007, ADI 4.424, julgado pelo STF, em 2012, artigo 61, da Lei 9.099/95 e RHC 88.515/RJ, julgado pelo STJ, em 2018.

3. Letra C.

A) “incondicionada”(errado); condicionada(correto).

B) Não cabe o que a questão diz.

Artigo 16, da Lei 11.340/2006, ADC 19-3, julgado pelo STF, em 2007, ADI 4.424, julgado pelo STF, em 2012, artigos 76 e 89, da Lei 9.099/95 e AREsp 837.617, julgado em 2016, pelo STJ.

Não configura crime de desobediência, dos artigos 330 e 359, do CP para a Lei 11.340/2006, pois há previsão de sanção em lei específica, ressalvada também cumulação de sanção específica de outra natureza(artigo 313, III, do CPP), segundo o STJ.
